



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 18/18

7 de Outubro de 2018



Organização Europeia de
Associações e Sindicatos
Militares

"Lutar pelo Respeito da Lei e dos Direitos!"

Nos anos mais recentes, as Forças Armadas Portuguesas têm estado no centro das atenções da comunicação social e da opinião pública, infelizmente nem sempre pelas melhores razões.

O caso dos Comandos; o "furto" (ou não) de material de guerra em Tancos; a alegada corrupção ou peculato nas messes da Força Aérea; a confusão na promoção de Oficiais Generais; a recente detenção de Oficiais superiores; o preocupante e significativo número de abandono das fileiras, com pagamento de indemnizações elevadas, por parte de Oficiais, Sargentos e Praças, mesmo com poucos anos de serviço; a necessidade de recorrer aos tribunais ou à Provedoria de Justiça para fazer vingar direitos por falta de respeito à condição socioprofissional dos militares, etc.

Esta profusão de casos e confusões motiva a atenção mediática que, para além de colocar os militares, no seu todo, sob uma indesejável e injusta capa de suspeição, desfoca e oculta os verdadeiros problemas que afectam os militares e as condições necessárias para o eficaz desenvolvimento da missão, desde logo a redução de meios humanos e materiais, causa de enorme exigência sobre os reduzidos efectivos existentes, levando à sobrecarga de trabalho e ao esgotamento, com os inerentes prejuízos e riscos.

Contudo, apesar da apetência e promoção mediática de todos estes casos, não podemos aceitar que tal leve à ocultação e à desvalorização das exigências e efectivas preocupações dos militares e, no nosso caso, aquelas que mais afectam os Sargentos de Portugal.

Na altura em que se discute, negocia e prepara o projecto de Orçamento de Estado para 2019, é motivo de insatisfação e de natural indignação que as carreiras especiais dos militares das Forças Armadas possam ficar de fora do processo de descongelamento das progressões no que concerne à contabilização integral do tempo de serviço em que vigorou o congelamento.

Para além desta razão com prejuízos objectivos, a ANS considera ser da maior importância que se proceda à revisão do regime remuneratório dos militares, que há quase dez anos não sofre qualquer actualização, apesar dos cortes a que estivemos sujeitos num passado recente. Esta revisão das remunerações torna-se ainda mais premente para os postos inferiores da hierarquia militar, no sentido de reduzir o enorme fosso salarial existente entre as diversas categorias e evitar que, antevendo o anunciado aumento do Salário Mínimo Nacional, passemos a ter militares a vencer abaixo do valor que vier a ser fixado.

Para além destes aspectos, é também necessário e urgente que seja revisto o sistema de progressão nas carreiras, que seja travada a aplicação do novo sistema de avaliação do mérito, de modo a evitar situações de injustiça relativa e a indesejável e inaceitável situação de militares que estagnam demasiados anos em postos de início de carreira sem qualquer perspectiva de promoção.

Consideramos ainda ser da maior importância que se proceda a uma profunda revisão e alteração do modo de funcionamento, gestão, administração e modelo de financiamento dos serviços de assistência na saúde (ADM) e dos serviços de assistência social complementar(ASC).

Perante a surdez do governo, relativamente aos continuados alertas e às reivindicações da ANS e das outras associações profissionais de militares, temos de estar disponíveis para responder, com confiança, força, determinação e coragem aos apelos, às solicitações e decisões dos dirigentes da ANS que, enquanto genuínos e legais representantes associativos, não deixarão de pugnar, por todos os meios ao seu dispor, pela defesa dos direitos e interesses dos Sargentos de Portugal e suas Famílias!

A Direcção